

Pacote não põe em

ide

16/3/86, DOMINGO • 21

risco escolas do DF Educação

Edna Cristina

A polémica criada pelos donos de estabelecimentos particulares de ensino do DF de que sairiam perdendo, caso as mensalidades escolares fossem pagas de acordo com o pacote econômico, trouxe à tona um antigo questionamento de pais e professores: o lucro considerável dos colégios particulares em função da cobrança das anuidades escolares.

Segundo o Sindicato dos Professores e vários pais de alunos, o Plano de Estabilização Econômica do Governo não prejudicaria essas escolas, a ponto de serem fechadas em 90 dias, como afirmam alguns diretores.

Quando houve a greve dos professores da rede particular de ensino — ano passado —, o sindicato divulgou um levantamento feito pela Comissão de Encargos Educacionais da Secretaria de Educação sobre a receita de cada escola em relação ao pagamento dos salários dos professores. No relatório foram incluídos itens como número de alunos, de turmas, média por turma, salário do professor, número de aulas semanais e semestralidade paga pelo aluno, despesas semestrais com todos os professores por turma e a média das porcentagens (veja o quadro).

A conclusão do levantamento foi a de que "a porcentagem média de uma turma do respectivo curso é suficiente para cobrir todas as despesas com os professores dessa turma durante o semestre, inclusive o 13º salário, FGTS, IAPAS e o PIS.

Em relação ao salário, por exemplo, o "Instituto Nossa Senhora do Perpetuo Socorro", no ano passado, pagava a hora-aula do professor de Maternal, a Cr\$ 8.644 mil, para dar 25 aulas semanais em duas turmas, cada uma com 15 alunos. So que a semestralidade paga pelo aluno era de Cr\$ 1.534.500, de onde concluiu-se que 6 alunos pagariam um professor.

A média das porcentagens, ou seja, o lucro da escola ficou em torno de 32,15%. "De acordo com o levantamento individual de cada colégio feito pelo Sindicato dos Professores e não baseado na média apresentada pelo Senepetodos os estabelecimentos de ensino parti-

cular, mesmo com o pacote econômico, não fechariam por falta de condições financeiras", garante o professor Amilton Osmail Matias, representante do Sindicato dos Professores na Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do DF.

O presidente do Sinepe (Sindicato de Estabelecimento de Ensino Particular), Aluisio Otavio Brito, também distribuiu um relatório no ano passado, mostrando a situação das escolas particulares. Ele afirmou que os dados fornecidos pelo Sindicato dos Professores são infundados na medida em que, além do salário do professor, não inclui despesas com vários outros itens, como gastos de material de limpeza, luz e água, transporte, imposto etc.

O diretor do Colégio Alvorada, Jose Teixeira Nazareth, que é presidente da Comissão de Encargos Educacionais do DF, ressaltou que em algumas escolas a folha de pagamento constitui 75% dos gastos. "As escolas particulares dão outro tipo de assistência ao aluno, colocando no seu quadro medico, psicólogos e coordenadores", ressaltou.

Amilton Matias, explica que nem todas as escolas possuem esses profissionais. Quanto à despesa com a folha de pagamento disse que aqueles que recebem maiores salários — coordenadores e diretores — são realmente os proprietários dos colégios e não os funcionários e professores.

O MEC ainda não se posicionou quanto à questão das mensalidades dos colégios particulares, porém o argumento levantado por essas instituições, de que irão falir se levado em consideração o critério de conversão do cruzeiro para o cruzado do pacote econômico, deixa muito a desejar para a comunidade. É sintomático o lucro das particulares quando se observa a expansão rápida de seu patrimônio, as mensalidades cobradas e o pessimo salário que pagam aos professores e funcionários.

Os pais e professores estão vigilantes e dispostos a tomarem uma decisão rápida. "Se eles fechassem as escolas nós, pais, professores e alunos, alegremente assumiríamos o comando", ameaça Omar Abbud, assessor parlamentar do Senado e com um filho estudando em escola particular.

Pais lutam contra reajustes

Antes do Plano de Estabilização Econômica do Governo, a fixação e controle dos preços dos serviços escolares eram feitos pelo Conselho de Educação de cada Estado, através de suas Comissões de Encargos Educacionais, de acordo com o Decreto-Lei nº 532 de 69. Na opinião de vários pais de alunos, o problema é que ao longo dos anos, os conselhos têm sido valorizados em demasia por parte dos proprietários das escolas.

Em relação ao DF, por exemplo, a Comissão de Encargos Educacionais é composta por um representante do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, da Sunab, do Conselho de Educação, que é o presidente Jose Teixeira Nazareth, diretor do Colégio Alvorada, e um representante dos pais, Airton Pinheiro, que foi indicado à cerca de 4 anos, por uma instituição chamada Unaf — União Nacional de Assistência Familiares no Rio de Janeiro.

Pelo fato de ser indicado pelo Rio de Janeiro, a representatividade de Airton é bastante questionada entre os pais, como ressaltou Maria Jose da Conceição, presidente do Sindicato dos Medicos.

"A representação dos pais de alunos devia ser feita a nível do DF e não do Rio de Janeiro". O professor Amilton Matias explica que para que houvesse essa representação, os pais de alunos teriam que se unirem de forma oficial num tipo de Associação, por exemplo, o que quase aconteceu no ano passado durante a greve dos professores.

Os pais questionam também a sua representatividade no Conselho de Educação, onde existe so o representante do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, Aluisio Brito, que é presidente do Sindicato.

Procedimento

A fixação do índice de reajuste das

mensalidades das particulares no início do ano foi baseado no IPCA de janeiro, atingindo 89%. A Comissão de Encargos Educacionais analisa então o parecer das Escolas que se satisfazem com esse índice, quando é então aprovado pelo Conselho sem nenhum problema. Porém existem colégios que se enquadram nos "casos especiais" e solicitam um reajuste maior.

A Comissão analisa os processos e os membros têm condições de fazer um levantamento nas escolas que pediram o acréscimo. Depois apresentam uma conclusão sobre o pedido. Num desses levantamentos, o professor Amilton Osmail Matias encontrou varias escolas com situação trabalhista irregular, como aconteceu no início deste ano com a Escola São Carlos, Jardim de Infância Saci Pererê, Brasileiro, Casulo e Centro Educacional Santa Doroteia. Após a constatação das irregularidades, o Sindicato dos Professores solicitou uma fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho.

Segunda Amilton Matias, na maioria das vezes não havia a preocupação dos outros membros de se fazer uma análise desses "casos especiais", quando então o processo era entregue ao conselho, que aprovava o acréscimo sem maiores problemas.

Sintoma

O presidente do Conselho de Educação do DF, professor Gildo Valentino, ressaltou que através de uma consulta feita em dezembro passado, pelo Conselho Federal de Educação aos Conselhos Estaduais a respeito da fixação das anuidades, por maioria de votos os membros dos conselhos votaram pela extinção da sua competência em fixar anuidades escolares.

Proprietários fazem pressões

Os proprietários dos estabelecimentos particulares de ensino estão pressionando o Governo de todas as formas para que o índice de reajuste das anuidades continue sendo uma fonte de lucro para os colégios e faculdades. O presidente do DCE da UDF, João Carlos Madeira, faz questão de frisar que a "instituição" não perderá com o Pacote Econômico, haja visto o lucro que obteve no ano passado e que dificilmente iria ser reduzido a tal ponto de torná-la deficitária.

Em setembro passado, a direção da UDF, cujo proprietário é o ex-governador do Espírito Santo, Eurico Rezende, demonstrou através de uma tabela, que o lucro mensal da faculdade estava em torno de Cr\$ 48.833.000 e não RECEITA

a) Matrículas (110.174 créditos)	Cr\$ 6.870.000.000
b) Taxas diversas	Cr\$ 60.000.000
c) Recuperação de trancamentos	Cr\$ 176.000.000
d) Recuperação por abandono de cursos	Cr\$ 100.000.000
.....	Total Cr\$ 7.206.000.000

DESPESA

a) Despesa com pessoal	Cr\$ 5.078.000.000
b) Trancamento de matrículas (7.057 créditos)	Cr\$ 440.000.000
c) Bolsas de estudo	Cr\$ 185.000.000
d) Média de abandono de cursos (4.000 créditos)	Cr\$ 250.000.000
e) Água, luz e telefone	Cr\$ 110.000.000
f) Financiamento de prédio	Cr\$ 275.000.000
g) Copa e Cozinha (alimentação p/o pessoal da limpeza)	Cr\$ 50.000.000
h) Transporte e combustível	Cr\$ 25.000.000
i) Outros dispêndios (Biblioteca, móveis etc...)	Cr\$ 500.000.000
.....	Total Cr\$ 6.913.000.000.

Segundo a tabela, "operado o confronto entre a receita e a despesa, constata-se uma diferença positiva de Cr\$ 293.000.000. Este quantitativo é obtido no semestre. Feita a divisão por 6, o resultado mensal é de Cr\$ 48.833.000, quantia, como se vê, extremamente abaixo dos Cr\$ 754.600.000 apontados pelo dirigente estudantil".

Lucros

A tabela apresentada pelo presidente do DCE da UDF que os itens mencionados na tabela da direção, não estão bem explicitados. João Madeira questiona por exemplo, se a instituição não recebe verbas do MEC ou de outro órgão. Outros pontos ainda são criticados como:

— **Financiamento do prédio:** — Segundo João Madeira, os terrenos foram doados pelo GDF, através da Novacap, em troca de bolsas de estudo. Os prédios construídos em 73, pela Construtora Encon, foram financiados a juros subsidiados. Questiona-se a possibilidade da AEUDF já ter quitado sua dívida ou não. Em caso negativo, o valor é muito inferior ao apresentado na versão da despesa da UDF. De acordo com cálculos de funcionários da CEF,

em 754 milhões e 600 mil cruzeiros como havia sido apresentado pelo presidente do DCE. A tabela da direção da UDF, segundo João Madeira, é incompleta, pois não tinha sido compatibilizado no seu levantamento itens como alugueis de lanchonete, livraria, banca de jornais, 2 salas de aula alugadas para o Curso Objetivo bem como os cursos especiais do ICAT que pertencem à Instituição como acontece até hoje. "O que está ocorrendo no MEC e na Seplan se constitui num lobby dos proprietários das particulares, pois a perda que essas instituições dizem que vão ter não é justificada", ressaltou.

Conforme a tabela da UDF, o lucro mensal da Faculdade no ano passado foi de Cr\$ 48.833.000.

do ramo de financiamento, a despesa em financiamento não ultrapassa mensalmente em valores atuais de Cr\$ 12.000.000. O que dá um total no semestre de Cr\$ 72.000.000. Sobre então do valor apresentado, Cr\$ 203.000.000.

— **Copa e Cozinha** — Só se gasta com pó de café e açúcar. O turno da limpeza da noite é que recebe alimentação da cozinha da lanchonete, a título de cortesia da mesma. A despesa mensal neste item é de Cr\$ 4.000.000 e no semestre é de Cr\$ 24.000.000. Há uma sobra de Cr\$ 26.000.000.

Outros dispêndios

Além de receber gratuitamente e outros que recebe gratuitamente, compra-se por semestre em torno de 1 mil novos livros a um valor médio de Cr\$ 25.000 por livro, que dá um total no semestre de Cr\$ 25.000.000. Como a UDF só fornece folhas para as provas, num total de 3, e como não há despesas em folhas com apostilas, o gasto no semestre em folhas da UDF é de 1 mil resmas do tipo "chamex Ofício 100" a um custo atual de Cr\$ 19.000 por resma. O que dá um valor total no semestre de Cr\$ 19.000.000.